

# O golpe de rins do PCP

Eduardo Prado Coelho

«Não mais se deixar embalar pela propaganda do tudo para já, já, tudo imediato, numa revolução sem fases. Não mais uma política de voluntarismo de vanguarda, que cuida poder, ela própria, sozinha, fazer a revolução. Não mais um verbalismo pseudo-revolucionário, a concorrência na exaltação e palavras, e a ilusão das facilidades do processo. Não mais a política de golpes, de assaltos, de chantagens, de aventuras».

Álvaro Cunhal, discurso no Campo Pequeno, a 7 de Dezembro de 1975.

A grande crise da Revolução Portuguesa inicia-se nos finais de Julho e conclui, nos seus aspectos mais espectaculares, em 25 de Novembro.

Quais as principais características dessa crise? Apontemos, por agora, três:

a) Uma vez consumado o afastamento do PS em relação ao Governo, o IV, supõem as restantes forças da esquerda, isto é, supõe a esquerda revolucionária, que tudo está a postos para atingir o socialismo e conquistar o poder. Derivava essa convicção do facto de essa esquerda ter até aí, segundo os seus critérios (que excluíam a validade de qualquer critério eleitoral), somado apenas vitórias — vitórias difíceis, mas nossas. Ora a experiência no V Governo, com as correspondentes ilusões da FUR e a emergência do «gonçalvismo», é a experiência desesperada de não poder governar. Os acontecimentos de Tancos e a passagem para o VI Governo são uma enorme e nunca digerida derrota. A esquerda revolucionária defronta o seguinte problema: como é que uma soma de vitórias desemboca numa lamentável derrota? Ou, por outras palavras: como é que uma linha de triunfos tácticos conduz a um desastre estratégico?

b) A elucidação deste problema só poderia ser realizada se houvesse suficiente maleabilidade no interior da esquerda revolucionária que permitisse que esta fizesse a sua autocritica em relação a todo o processo iniciado após o 25 de Abril. Essa autocritica não se deu. Por duas razões. No interior do Partido Comunista, ela abalaria os vínculos de confiança cega das bases nos dirigentes que alicerçam, positiva e negativamente, os mecanismos de poder e as formas de eficácia política. No exterior do Partido Comunista, exercia-se um esquema de raciocínio que António Claro denunciou num texto de *O Jornal*: a culpa é sempre dos outros. E deste modo as várias formações políticas, convencionadas da sua intocável argumentação, foram repetindo insuperáveis estereótipos que demonstravam que a culpa dos insucessos era sempre dos outros — sem nunca qualquer delas ter conseguido formular uma estratégia em que a sua razão tivesse em conta a sem-razão dos outros. Entretanto, surgiram textos (lembro os de Martins Pereira, Sampaio e Cravinho, Cunhal e o famoso Documento dos Nove) que tinham por essencial função desbloquearem a crise através de uma proposta para uma reflexão colectiva sobre os erros do processo revolucionário que haviam conduzido a uma situação daquele tipo. O drama foi que um determinado número de factores (entre os quais o chamado «gonçalvismo» — particularmente responsáveis) tornaram ilegíveis esses textos, embora

ilegível para a maioria, por motivos decorrentes da conjuntura ideológica, não os apagou. Pelo contrário: tornou-os mais vivos e activos no seu próprio recalçamento, e é esse recalçamento que está na origem da neurotização absoluta que sofreu a vida política portuguesa, do delírio e histeria em que ela se foi deramando, das ilusões e monstros que gerou — até 25 de Novembro, espanto e absurdo para alguns, desenlace inevitável para outros.

c) Em terceiro lugar, há ainda a referir o esfrangalhamento do MFA, com as lógicas consequências a extrair: a originalidade do processo português passa a correr terrível risco, porque, a vencer a esquerda revolucionária, todos os mecanismos estão a postos para reincidir sem temores nos pesadelos do estalinismo (e quatro meses de muita coisa mostraram como era ou seria), e porque, a ser tal esquerda derrotada, se correrá e corre o perigo de já não haver originalidade do processo revolucionário por falta da própria revolução.

## A fabricação de um delírio vanguardista

Algumas vozes dispersas e perdidas por diferentes quadrantes políticos tentaram lançar o alarme. Como a estupidéz é grande, e a generosidade nem sempre bem distribuída, foram essas vozes muitas vezes acolhidas pelo riso, o desprezo, as torpes insinuações. A capacidade de diálogo e de reflexão foi-se extinguindo progressivamente. O círculo das coisas pressupostas, e deste modo impostas por mecanismos de terror psicológico e poder estalinista, foi-se alargando de tal modo, que toda a comunicação se converteu ou num jogo de reconhecimentos e titulações recíprocas, ou num projecto desesperado. Impossível entabularmos um diálogo sem admitirmos os amens ritualizados que garantiam ser Melo Antunes um nojento social-democrata, ser o Documento dos Nove uma ideia da CIA, serem os exIMES um nojento redil de oportunistas e ser «O Jornal» a expressão mais transparente do fascismo encapotado da direita portuguesa. É certo que dificilmente qualquer honesto militante se aguentaria no balanço de guinadas sucessivas e de ambiguidades persistentes se não tivesse estes pontos de fé a que esforçadamente se agarrar. E assim aconteceu.

Ao erro de não se ter processado uma análise da estratégia conduzida depois do 25 de Abril e das dificuldades a que ela conduziria juntou-se outro erro: o descabelado ataque ao Documento dos Nove. Aqueles que diziam que tal documento não era para ser lido como teoria dos clássicos, mas sim para ser recebido e interpretado nos termos da sua função política em determinada conjuntura, dizia-se imediatamente que nos estávamos a vender à social-democracia e traíamos a classe operária. São os mesmo que hoje esquecida em definitivo a letra esquiada do documento, o apontam na sua decisiva função de ponto de partida para a reconstrução do MFA. E o que se chama a miopia no tempo: alguns só vêem quatro meses depois o que teria sido bom terem visto algum tempo antes. Mas isto resulta de se não terem feito as opções essenciais, de se ter prolongado um desastroso equívoco, de se pretender ganhar em todos os tabuleiros, de se ter

perdido a iniciativa política, de se andar a reboque esfalfado dos acontecimentos e das derivas emocionais.

Ilaquear a hipótese de um Governo dos Nove para dar saída às mesquinhas contabilidades que estiveram na origem do VI Governo — foi falta grave na análise dos problemas. Mas isto levou a uma situação paradoxal: foram os principais responsáveis pela existência de um governo Pinheiro de Azevedo (objectivamente o PC e a FUR) aqueles que mais desatinadamente orquestraram a sua imediata queda, esquecendo todas as prevenções dos que pretendiam aproveitar a pausa para repensar um pouco o campo da esquerda revolucionária.

Que factores contribuíram para a fabricação deste delírio? Indiquemos alguns:

a) A metafísica da vanguarda: isto é, sempre que alguém podia levantar dúvidas sobre a base social de apoio à Revolução, ripostava-se com a valorização da vanguarda, nunca se tendo em conta que só há vanguarda quando é ela vanguarda de qualquer coisa por ela conduzida, e não grupo heróico que se corta das massas que deveriam constituir o corpo dessa vanguarda. Como diz Régis Débray, «não há alienação revolucionária pelo facto de as massas postas em movimento se desdobrarem em dirigidos e dirigentes, em militantes e em quadros («este termo odioso», dizia o Che), em vanguarda e em força principal, em tropas de choque e em unidades territoriais, porque esta especialização é necessária: é o que se pode chamar a divisão técnica do trabalho revolucionário, tão inevitável e útil como a divisão técnica do trabalho produtivo. Mas há alienação revolucionária sempre que o polo «direcção», «vanguarda», «unidades de elite», «quadros políticos ou militares» se constitui em pensamento ou na prática em esfera autónoma e em posição de superioridade em relação ao pólo «dirigidos», «força principal», «tropas de reserva», «militantes de base»: eis o que se pode chamar, em contrapartida, uma divisão social do trabalho revolucionário. Por detrás do fetichismo da vanguarda esconde-se em última instância um idealismo filosófico, até uma sobrevivência espiritualista, envergonhada ou gloriosa, tanto faz. A vanguarda é «substancial» — como a alma: tem em si mesma o seu princípio de vida, existe por si e para si — independente pois do corpo da classe. Imortal, ela é o sentido da história incarnado nos depositários da consciência revolucionária, e as necessidades imediatas das massas nunca a podem manchar completamente. (...) Se a religião da salvação (individual ou colectiva, moral ou espiritual) por um lado, e a da vanguarda como *deus ex-machina* da luta de classes, por outro, se puderam projectar com tal entusiasmo sobre certos movimentos, é talvez porque neles encontraram o defeito da couraça ou a falha de uma certa prática revolucionária — no que ela tinha de menos sólido ou de mais vulnerável» (Régis Débray, *La critique des armes* — I; Seuil, pp. 196-197).

b) Outro ponto importante deste processo foi a sistemática identificação com o fascismo de todas as forças exteriores ao perímetro PC-FUR. Neste ponto, o uso da expressão «contra os saneamentos à esquerda» em vez da expressão «contra os saneamentos na esquerda» era o reflexo dos efeitos nocivos da teoria da vanguarda: não havendo uma definição tópica da es-



Partidos de esquerda  
Estar vivo não chega; é preciso mudar de vida

querda, a vanguarda apenas se opunha ao que seria o seu possível saneamento, na medida em que está à esquerda de qualquer esquerda — porque é vanguarda precisamente) **sem nunca garantir que ela impediria os saneamentos na esquerda de tudo o que ficasse atrás de si.**

c) A esquerda revolucionária remetida para a oposição, desenvolveu-se na euforia de todas as oposições: convenceu-se de que o acordo existente em torno do que se negava, permitiria uma prática estável quando fosse necessário passar da negação à afirmação. Curiosamente, os intelectuais (animais de oposição) encontram um fôlego que pareciam haver perdido em todo o período construtivo posterior ao 25 de Abril.

d) O discurso e as argumentações passaram a reduzir-se à convocação no limite do **orgasmo** de feixes de «mots-pousés-à-jouir»: «guerra civil», «soldados, marinheiros sempre, sempre ao lado do povo», «qualquer coisa, já», «ditadura do proletariado», etc. — expressões que tinham por missão assegurar àqueles que as empunhavam a certeza de que no momento em que elas passassem de palavras a coisas a beatitude eterna lhes estaria garantida.

## A automistificação da Imprensa dita progressista

Nesta sequência de elementos que, pela sua convergência, contribuíram para a crise da revolução portuguesa e para o 25 de Novembro já não é original falar na Imprensa. Talvez hoje seja possível afirmar, como fez Álvaro Cunhal a «O Jornal», que «órgãos de comunicação social foram arrastados para uma propaganda sectária e esquerdistas» — sem que com isso alguém saltasse ao caminho acusando-nos de conluio com a reacção e traição do proletariado.

O problema da Imprensa não pode ser visto em termos moralistas. Será absurdo pensarmos que os editorialistas e jornalistas da Imprensa dita progressista estavam todos apostados em estoriar com a via socialista em Portugal. Nem adianta supormos que a CIA os haja comprado para preparar o 25 de Novembro, ou pior... A questão em que a Imprensa descobriu que ela podia não só descrever ou comentar acontecimentos, mas também **produzir acontecimentos**. E no legítimo ansio de flectir o processo no sentido dos seus desejos passou a produzir quotidianamente acontecimentos — à custa da mistificação dos leitores, e à custa, a partir de um certo desenvolvimento deste ilusionismo político, da sua **automistificação**. Pouco a pouco, a Imprensa progressista criou entre os seus emissores e

os seus receptores um jogo alucinado de espelhos que do País apenas reflectia o histerismo trágico em que ele se despedaçava. Uns realizavam política por ilusionismo estético: e assim foram fazendo poesia nas costas dos trabalhadores, deixando-as tatuadas de flores venenosas que eles nunca haveriam de chegar a ver. Outros faziam política por terrorismo psicológico: e cada vez era maior o laço das evidências fora das quais nenhum revolucionário obteria salvação.

A Imprensa progressista portuguesa, pela sua vontade patética de produzir no real a figura do socialismo, foi desenhando do socialismo a mais detestável das figuras: a da precipitação acrílica, do dogmatismo fanático, do sectarismo desenfreado. Mas aqueles que diziam do «documento dos Nove» que ele era «novas fora nada», aqueles que tremiam de raiva e indignação ao ouvirem falar de Melo Antunes, Vasco Lourenço, Charais ou Vítor Crespo, terão agora aprendido — à sua custa, à nossa custa — que deles depende «a defesa das liberdades democráticas e das conquistas do 25 de Abril»? De facto, parece que as várias advertências de Álvaro Cunhal sobre o florescer do sectarismo, sobre a necessidade de encontrar uma solução política, e de não recorrer a um confronto militar, sobre a urgência de reunificação das várias tendências do MFA — parece que todas essas intervenções ficaram como letra morta, porque só assim podemos compreender que os jornalistas militantes do «Diário de Notícias», de «O Século» ou do «Diário de Lisboa» apelassem para a solução militar, movessem ruinosas campanhas contra personalidades fundamentais do MFA, reduzissem a hipótese do socialismo à persistência de Vasco Gonçalves, pudessem supor que o «documento dos Nove» era um assunto sem importância, coisa menor que se passava «entre nove militares e nove civis» e que não atingia o povo e as suas lutas. Letra morta, dizia, eu, e só depois do 25 de Novembro reactivada; e assim entendemos como essas publicações conduziram um processo esquerdistas que contrariava em todos os pontos a política defendida pelos responsáveis do Partido Comunista Português.

## «Moderados» são os dirigentes da FUR

E não se trata, como por vezes se insinuou, de estabelecer pausas conciliatórias com os oficiais moderados». Se ser revolucionário é pretender o máximo de revolução possível, aquele que defende o possível dessa revolução defende o máximo dela, o seu pleno. E querer mais do que esse pleno só pode querer

menos dela. Ou por outras palavras: não é Melo Antunes e os seus companheiros que são moderados; são os dirigentes da FUR os verdadeiros moderados deste processo porque dele apenas querem o espasmo e o grito: a comuna de Lisboa, esse projecto insensato — a que muitos se agarram, e dos melhores, por falta de outra coisa a que deitar mão. E nisso o esboramento da disciplina, a flutuação estratégica, radicalismo pequeno-burguês de cor «gonçalvista», a miragem das pontes e das alianças, teve, no interior do PC, uma enorme importância. De tal forma que podemos hoje dizer que ou o Partido se continuava a lançar em direcção ao seu suicídio político, ou qualquer coisa tinha de acontecer que o despertasse deste pesadelo e o obrigasse a um golpe de rins para o desviar do precipício, e o 25 de Novembro foi talvez isso. E de tal forma que, a ter que haver um 25 de Novembro, e dada a exorbitante conta dos erros cometidos, o que se passou ainda se passou da melhor maneira possível: o razoável preço de um delírio, o acordar estremunhado de um sono dogmático, e o descobrir afinal que ainda se está vivo.

## Mudar de vida

Mas estar vivo não chega; é preciso mudar de vida. É preciso que se criem no interior dos partidos de esquerda as estruturas necessárias para a garantia de um funcionamento democrático: é preciso que haja reuniões, encontros alargados, congressos, que permitam a difusão a céu aberto, e não em murmúrio clandestino, de pontos de vista divergentes; é preciso que as publicações desses partidos activem o debate ideológico, criando plataformas de discussão, incluindo textos assinados, que inscrevam de forma pública a existência de um debate interno e a eficácia desse debate na definição da linha política de cada partido; é necessário que os dirigentes não escamoteiem os seus erros com prejuízo do esclarecimento dos seus militantes e procurando criar uma psicótica fachada de coerência e de infalibilidade — é necessário que se extingam os métodos estalinistas que imperam não só na esquerda como na direita, não só no UDP como no PPD, não só no PC como no PS.

É preciso que os intelectuais desistam de querer fazer política pela multiplicação de opiniões a propósito de tudo e de nada, e compreendam que a sua função política só pode ser a de definirem com precisão os problemas fundamentais da passagem para o socialismo, os problemas de fundo do mundo socialista contemporâneo, as grandes questões polémicas da história do movimento operário, a

O Jornal. 12 a 18 Dez. 1975

ST. VIDA PUBLICA  
SSC1. SEIT  
SR22. RECORTES

VERSIÃO DE  
DOCUMENTA  
25 DE ABR

1/2

actual polarização de forças revolucionárias no interior da esquerda europeia, a própria transformação do marxismo na relação do marxismo na relação com os movimentos de revolta contemporânea (o poder, o sexo, a mulher, a família, a escola, etc.).

É necessário que se olhe de frente para a realidade dos países socialistas, que se considerem as suas deformações burocráticas, o teor «tecnocrático» de algumas das suas transformações consideradas «progressistas», a fascinação por modelos ocidentais de consumo e de civilização a despolitização de amplos sectores da juventude, as limitações às liberdades democráticas e ao pluralismo revolucionário, a dificuldade com que se debatem as correntes vivas do marxismo (exemplo: a escola de Budapeste na Hungria ou o grupo Práxis na Jugoslávia), a deterioração de um «marxismo» cada vez

mais restringido à função conservadora de uma situação social (como os textos soviéticos de reflexão «filosófica» e «política» claramente o demonstram).

É necessário que se considere até que ponto a criação de uma problemática nova da esquerda revolucionária europeia, liberta de dogmas, de espartilhos históricos, de fantasmas rançosos, poderá contribuir decisivamente para o relançamento do socialismo (como projecto de transformação radical do quotidiano no sentido do exercício pleno das liberdades e das diferenças) no interior do campo socialista.

É necessário que os intelectuais não esquivem os problemas, não apontem o socialismo como o poético «happy-end» que todos desejam, não façam do Goulag uma palavra proibida, não façam do estalinismo uma palavra sem sentido, não

façam da liberdade uma ideia antiga.

### O socialismo é possível e inadiável

Se a esquerda não tiver a coragem de produzir autocriticas radicais; se não abandonar o pendão para a chicana rafeira, e não for capaz de erguer o debate à formulação isenta dos problemas; se não introduzir mecanismos democráticos no interior das suas estruturas de forma a impedir quer a incomunicabilidade com as massas, quer a relação em termos de fé inabalável; se não interiorizar uma dimensão profundamente política, e não meramente devota, no trabalho quotidiano do militante; se não for capaz de estabelecer correspondências entre a

modernidade como revolução e a revolução como modernidade; se não desistir de fazer renascer das próprias cinzas a fictícia unidade de movimentos unitários; se não for capaz de renovar a sua própria linguagem sonâmbula e de fracturar-se no diálogo com as linguagens que lhe são estrangeiras — então a direita ganhou.

Acreditamos que não. Acreditaremos assim que o socialismo é possível e inadiável: uma ideia nova na Europa. Que ele contaminará na sua terrível alegria o mundo anquilosado das democracias populares e dos maoísmos conventuais. Que ele festejará sobre toalhas de água o reencontro desalienado dos explorados do Terceiro Mundo com os antigos exploradores do mundo imperialista. Que ele fará da periferia o centro e de cada centro o limiar de outras terras.

Só poderemos falar de «novo

curso revolucionário», e só poderemos estar certos de que as referências ao socialismo não são emblemas exangues apenas exibidos para assegurarem a transmissibilidade do discurso, se um certo número de condições forem preenchidas:

a) se atribuirmos ao MFA reformulado uma função política fundamental no processo de construção do socialismo;

b) se considerarmos que o inimigo contra-revolucionário se situa sempre à direita;

c) se pensarmos que os erros da «esquerda revolucionária» não autorizam que os seus autores sejam sumariamente qualificados de «contra-revolucionários»;

d) se afirmarmos que não pode haver socialismo que não incorpore no seu projecto o espantoso desejo de revolução das massas que investiram toda a sua capacidade de negação e luta nas fórmulas políticas da

extrema-esquerda e do Partido Comunista;

e) se vincularmos o PS à força originária do seu programa político (porque actualmente é de temer que a consciência ideológica dos seus militantes se reduza ao texto do **Força, força, camarada Zé!** de Aníbal Nazaré e Henrique Santana);

f) se banirmos o sectarismo da nossa vida política (e a desastrosa tendência para substituírmos monogolismos, monolozismos, monopolismos por outros monopolismos);

g) se soubermos articular as formas tradicionais da democracia política com os mecanismos transformadores da democracia de base;

h) se desdramatizarmos as discussões de modo a delas fazermos não um exercício meramente reactivo de ressentimentos crescentes, mas uma prática de afirmação comum da liberdade, da diferença e da invenção.

9-4255  
PORTUGAL:  
AS BARRICADAS,  
OS FANTASMAS E O FUTURO  
ENTREVISTA COM O DEPUTADO DA U.D.P.

CONTINENTE 10\$00 - ILHAS 12\$50 - FRANÇA 4 fr. - CANADA 85 cts.  
POR AVIÃO: ANGOLA 17\$50 - MOCAMBIQUE 20\$00



# O QUE É O PODER POPULAR?



RETIRADO PARA AS  
PUB. PERIODICAS

MARTINS PEREIRA  
SC1. VIDA PÚBLICA  
SSC1, SEIT  
SR22. RECORTES /7





Q JORNAL 10a 16/OUT/1975

MARTINS PEREIRA SSEC1, SEIT SR22. RECORTES/8

# Dezoito meses depois

Eduardo Prado Coelho

1 Um amigo meu explicava-me que era hora para agir e não havia tempo para pensar.

Pela minha parte, de tudo o que penso o que julgo essencial é essa necessidade de repensar todas as coisas. É claro que nunca somos contemporâneos de nós próprios e que essa inadequação em que nos movemos produz por vezes em nós a sensação do sonambulismo ou do pesadelo. Poucas vezes como agora essa sensação foi tão forte. Alguns embarcam já nas nave do sonho. Deles nos despedimos, e não é fácil, porque nem ao certo sabemos se o sonho é para cá ou para lá. Neste vazio nos balouçamos, soltos, desgarrados.

Se há uma imagem que me parece certa para dar conta do destino da esquerda revolucionária portuguesa é aquela dos desenhos animados em que o protagonista, ao chegar à beira do abismo, continua a andar para só mais tarde tomar consciência de que é no vazio que caminha — e então cair.

2 Quem folhear distraidamente a imprensa portuguesa poderá pensar que ela é concebida e escrita por uma pleiade de brilhantes marxistas. Mas se a atenção substituir a distração, o observador poderá concluir que a preparação filosófica e a capacidade de análise política dos autores dessa imprensa é, na realidade, bastante escassa. O discurso marxista tornou-se entre nós um código-para-todo-o-serviço, uma gazua mágica, que qualquer pessoa tenta usar para se exprimir nos seus anseios o melhor que pode.

O que acontece de facto nada tem que ver com os tais brilhantes marxistas. E, se por marxismo entendermos, não o convívio ensombrado com os fantasmas da História, sejam eles venerandas figuras ou conceitos prestigiados, mas a análise concreta de uma situação concreta, então poderemos proclamar que esse marxismo tem tido um papel diminuto na situação portuguesa, em que quase toda a análise é empapada pelas miragens do passado, e por elas neurotizada. Podemos mesmo ir mais longe, e dizer que a raiz da derrota está em que nenhuma das forças políticas em presença foi capaz de agir sem desempenhar um papel desde há muito escrito noutras dramas e noutras conjunturas. Quer dizer que, instruídos de todos os bloques em que a esquerda se tem enleado em situações anteriores, os nossos actores de esquerda repetiram-nos com a convicção e a ingenuidade de quem o dizia e fazia pela primeira vez. E todos aqueles elementos que pareciam ter um coeficiente de imprevisão se foram destruindo ao longo das muitas antigas peripécias do texto.

Que factores contribuíram para uma situação deste tipo? Vejamos:

a) Os principais movimentos políticos (PC, PS, grupos esquerdistas, etc.) quase nada funcionaram como aparelhos de produção teórica ou mesmo ideológica, limitando-se quase sempre a difundir conceitos mal assimilados, e slogans precipitados.

b) A discussão foi sistematicamente travada com acusações de natureza de classe sempre que o nosso interlocutor discordava, havia a saída de falar de posições pequeno-burguesas, de cumplicidade com a burguesia, de desvios direitistas, e outras fórmulas do mesmo sabor.

c) Nos últimos tempos, ao

longo dos debates mais convulsivos da esquerda, esta foi abandonando a lucidez mínima e adoptando a atitude moralista (o que é sempre índice do descalabro teórico): «trair ou não traír a classe operária, vender-se ou não se vender à social-democracia», estão a abandonar o barco quando ele se afunda — como se tentar dizer o que cada um supõe ser a melhor forma de o barco não ir ao fundo fosse traír os que lá vão dentro em corridas e gritaria.

d) Surge, por um lado, uma tendência para impor um marxismo essencialista, em que tudo está catalogado desde há muito, e em que a definição do que é revolucionário e do que é contra-revolucionário se encontra sempre na vulgata, e nunca na análise da situação.

e) Surge, por outro lado, o simulacro de raciocínio dos que recorrem às analogias históricas («em todas as revoluções há momentos que...»), como se qualquer tipo de argumentação não tivesse sempre disponível um arsenal de citações e evocações históricas que a legitimam, e nada provam.

Nesta miséria em que todos participamos, são poucas as intervenções que parecem morder no real.

3 De facto, há um momento em que o curso revolucionário muda — não podemos ao certo dizer qual. É essa mudança traduz-se num ponto enquanto antes todas as crises pareciam avanços da esquerda, agora todas as crises parecem avanços da direita.

Em relação a este ponto de mudança, que hoje todos parecem reconhecer, sucedem coisas curiosas:

a) o drama resulta de que o tempo de consciencialização da mudança não coincidiu em todos os actores do processo;

b) aqueles que dela se aperceberam mais tarde tiveram tendência para apontar como os causadores dela os que dela se aperceberam mais cedo como se avanço de alguns fosse traição à miopia dos outros;

c) a coincidência temporal e a dramatização moralista tornaram a crise da esquerda muito mais dolorosa do que ela poderia ter sido;

d) podemos dizer que alinguagem de muitos actores do drama continua em atraso em relação à sua posição política actual e ao seu peso na conjuntura.

Daí a Tese n.º 1 deste texto: — A Esquerda portuguesa não poderá actuar com bases sólidas e claras enquanto não assimilar devidamente a ideia de que as cartas de João Martins Pereira, de João Cravinho e Jorge Sampaio, o documento dos Nove e as conferências de imprensa de Alvaro Cunhal são, com as necessárias diferenças de código, de jogo de forças e das relações destinadores-destinatários, um só e único texto.

4 Historiadores do futuro ocupar-se-ão com volúpia da análise dos dias portugueses de Julho e Agosto de 75. Nada do que se passou foi claro, mas só da clarificação do que se passou poderemos arrancar para uma acção eficaz. Anotemos alguns pontos:

a) A esquerda, cada vez mais desligada do real, foi apostando em sucessivas realidades míticas: ora era o discurso de Almeida de Vasco Gonçalves, ora era a posição dos sargentos da Força Aérea, ora era a Armada, ora era um bastante frágil documento dos oficiais do Copcon.

b) A chamada imprensa revolucionária teve objectivamente uma atitude contra-revolucionária, ao tomar crescentemente os desejos por realidades, ao criar junto dos seus leitores-militantes situações imaginárias que os impediam cada vez mais de entender e intervir no real.

Pergunta-se que ganharam as forças de esquerda com a atitude de um jornal há muitos anos influente na opinião pública portuguesa quando este resolve não dar atenção ao documento dos Nove, como se a supressão de um facto no plano da escrita fosse a sua supressão mágica no plano da realidade? que coerência teve esse jornal quando publicou uma conferência de imprensa de Alcântara em que se fazia a inteligente análise de um documento que o jornal achara por bem para os seus leitores não publicar? Ou ainda: que ganharam os militantes revolucionários ao ler num jornal da tarde, acerca de uma manifestação bastante fraca ao brigadeiro Corvacho, que este falara para uma enorme massa humana? Mesmo com o pretexto de generosas intenções, esta imprensa dita revolucionária contribuiu fortemente para o fracasso da esquerda. Por outro lado, desprestigiou-se ao utilizar sem pudor os métodos que verberava à imprensa de direita (veja-se o caso do pseudo-afastamento de Moraes da Silva).

c) O ponto fulcral da crise está ainda por elucidar que terá levado a que os Nove aparecessem como o grande inimigo a abater, e que outros inimigos reais se escondiam de facto nesta manobra?

d) Ao longo desta crise, houve um homem que dela saiu dignificado como revolucionário: Vasco Gonçalves. Mas houve uma curiosa realidade que emergiu e que se transformou no principal obstáculo de Vasco Gonçalves: o gonçalvismo.

Atitudes e comunicados da 5.ª Divisão, editoriais que reduziam o socialismo e o MFA a uma só pessoa, encenações patéticas na Rádio e na Televisão, pungentes tomadas de posição de Direcções Sindicais e Comissões de Moradores — tudo isso constituiu a matéria de um gonçalvismo que prejudicou muito mais do que beneficiou a posição de Vasco Gonçalves. Poderemos mesmo dizer que o gonçalvismo foi duas coisas: a encarnação da hipótese «mítica» de uma Frente de Unidade Revolucionária; e o retorno do



Cravinho, Sampaio e Cunhal Com Martins Pereira e os «Nove», um só e único texto?

radicalismo pequeno-burguês recalcado no interior das hostes militantes comunistas.

Podemos avançar para a Tese n.º 2 deste texto:

— S a Revolução Portuguesa arrancava a sua forma original da conjugação de um coeficiente de irracionalidade do PC (força, determinação, mas também sectarismo, adesão acrílica) com um coeficiente de imprevisão do MFA, a crise de Agosto, ao desfazer o coeficiente de imprevisão do MFA, dessacralizando, libertou exacerbadamente o coeficiente de irracionalidade do PC.

5 O militante comunista deba-

te-se hoje com várias realidades que o perturbam e traumatizam e ele não consegue entender como é que, tendo-lhe sido dito que estávamos finalmente no limiar do socialismo, ele se vê de repente forçado a praticar (e mal) a unidade antifascista de todas as forças democráticas: ele não consegue entender como é que, havendo uma forte intervenção nos meios de comunicação de massas, e um incessante trabalho ideológico, o País está hoje mais consciente e determinadamente anticomunista do que há um ano.

A questão fundamental parece-me esta, e ela dá origem à Tese n.º 3:

— O militante comunista ainda não teve o suficiente esclarecimento para compreender como é que, ao cabo de um ano de sucessivas vitórias, ele se encontra com a sensação de derrota. E enquanto não compreender este ponto, ele não estará em condições de participar convictamente em qualquer linha política. Pelo contrário, mesmo se participar, por questões de disciplina, tudo leva a crer que, uma vez passada a evidência da necessidade de recuo, ele recomeça nos moldes anteriores, repetindo os erros que forçaram a este recuo e o forçarão a outro.

Dizem os observadores que o PC encontrou uma hábil tática que lhe permitiu estar com um pé no Governo e outro fora. Mas convém notar que, além de tal postura o poder vir a obrigar a coxear dos dois, ela provoca, em relação ao desprevidido militante, uma situação equivalente ao que os psiquiatras chamam de double bind, e que, segundo eles, está na origem da esquizofrenia.

Por outro lado, essa ausência de uma avaliação crítica das pedras brancas e das pedras negras numa linha de intervenção leva a mistificar a reacção externa e interna como causadora de demorância de todos os males — como se um jogo político não tivesse que incluir nos seus cálculos e planos a força da reacção que defronta.

E último lugar, não teremos nunca uma esquerda Revolucionária viva enquanto a Esquerda portuguesa não abdicar das suas piedosas devoções estalinistas ou maostas. E preciso começarmos a falar da realidade diversificada dos países socialistas em termos definitivamente não religiosos: reconhecendo por exemplo as restrições às amplas liberdades concretas e proletárias que em vários desses países subsistem; reconhecendo, por exemplo, o fosso que nessas sociedades se estabeleceu entre a fé política das velhas gerações e a indiferença política das novas gerações, o que a literatura

6 Nos finais de Julho, qualquer observador minimamente lúcido e atento poderia concluir que Portugal não se iria transformar a curto prazo numa sociedade socialista. No plano interno, a base social de apoio da revolução estava extremamente reduzida e geograficamente desequilibrada. Alguns pretendiam ultrapassar a dificuldade defendendo a teoria das vanguardas revolucionárias. Mas tal hipótese só poderia funcionar ou se não tivéssemos quaisquer problemas económicos a gravar dia após dia as condições de descontentamento, ou se houvesse um contexto de guerra que justificasse duras medidas de disciplina e de austeridade. Os generosos apelos à independência nacional não escondiam a realidade iniludível de certas formas de dependência. E, se tinha sido possível concertar uma estratégia de uma independência feita de dependências reciprocamente neutralizadas, tal solução parecia ultrapassada. De facto, os países socialistas, para além da sua simpatia e do seu apoio platónico, não pareciam dispostos a empenhar-se muito mais. E o leque das alternativas não era grande. Alguns dizem drasticamente ou nos vendemos à social-democracia, ou optamos pela democracia popular. Mas nunca é bom falar da democracia popular como se ela fosse a Nossa Senhora de Fátima. E o milagre poderia ser a transformação, não do pão em rosas, mas da democracia popular em comuna de Spínola.

A situação é hoje clara e dela concluímos a Tese n.º 5: se ser revolucionário é defender o máximo de revolução possível numa determinada conjuntura (endo a defesa de mais revolução uma atitude já contra-revolucionária), então ser revolucionário na situação portuguesa actual é defender a consolidação de uma democracia avançada como forma de transição, no contexto europeu em que necessariamente nos situamos, do capitalismo monopolista para o socialismo.

E por isso que a actuação da FUR (em que inesperadamente nos urge o pequeno-burguês MDP um pouco no papel do velho gaiteiro) e de outros grupos análogos tem servido, em crises sucessivas, para deslocar o aparelho político-militar para a direita e criar condições de avanço para a reacção. Não creio que o papel do SUV, nos termos em que surgem em público, seja mais positivo.

7 A situação portuguesa é de tal modo envenenada que, neste drama em que vivemos, o quarto acto repete o segundo sob

plativas em disjuntivas (ou/ou)? Daí o absurdo de se falar em saneamentos. O saneamento no campo da esquerda é a máquina disjuntiva em funcionamento. Mas tanto é saneamento na esquerda o de Melo Antunes ou de Vasco Lourenço como é saneamento na esquerda o de Vasco Gonçalves ou de Corvacho. O problema não está tanto em quem saneia e é saneado, como em saber quem montou esta impiedosa máquina de disjunção.

A questão está em saber quem procurou e ainda procura, empurrar sistematicamente o campo dos Nove para a direita, como se a diferença se não pudesse formular sem ser sob a forma de oposição. E os vícios mantêm-se, como se verifica pela inclusão de uma cláusula relativa aos Nove nesse ingénuo e obviamente forjado (mas será que a análise textual não serve para estas coisas?) «plano dos coronéis a que certos jornais deram nebulosa guardada.

Na primeira página de O J rnal da semana podia-se ler: «Uma pausa só representará um retrocesso se não houver verdadeiros revolucionários... Frase que se pode ler de vários ângulos que quando os militantes socialistas pretendem transformar a pausa em viragem à direita, eles não são verdadeiros revolucionários; que quando os grupos ditos da esquerda revolucionária pretendem ocupar o recreio da pausa com arrebatamentos líricos e aventureiristas, eles não são verdadeiros revolucionários; que quando certos militantes comunistas, esquecendo as lúcidas posições de Alvaro Cunhal, Aboim Inglês, Dias Lourenço e outros, procuram sabotar de todas as maneiras (seja no plano administrativo, seja no esquadizar irresponsável dos meios de informação tradicionalmente considerados afectos ao PC) a plataforma de unidade democrática e o plano do VI Governo que os vários partidos nele participantes aceitaram, eles também não são verdadeiros revolucionários.

Para que uma pausa se faça, é preciso que se esclareça muito claramente o que é do domínio da pausa e o que é do domínio do retrocesso. É bem possível, por exemplo, que este Governo seja em relação a um hipotético Governo inspirado pelos Nove maior retrocesso do que aquele que a pausa reconhecida exigiria — mas disso não são os Nove os principais responsáveis. É bem possível que nas últimas semanas claros aspectos de retrocesso se tenham verificado. Mas talvez isso resulte de não se ter distinguido nitidamente entre o que era retrocesso e o que era rectificação. Recuar no plano das nacionalizações ou da reforma agrária seria incontestável retrocesso. Mas corrigir uma política de informação obviamente errada e objectivamente contra-revolucionária (veja-se esse índice precioso que é a venda dos jornais) só pode constituir, em tempo de pausa, uma forma de avanço. Interesses emaranhados levam à confusão sistemática destes dois aspectos. A inventona do plano dos coronéis é um exemplo disso.

Daí a última Tese: — A actual pausa e estabilização que as forças políticas responsáveis consideram indispensável para o curso do processo revolucionário português tenderá muito provavelmente a converter-se em viragem à direita se não houver no interior das forças de esquerda uma definição rigorosa do que se torna necessário rectificar e do que se torna necessário defender nos termos da conjuntura presente. Isto implica a denúncia de todas as posições que se ocupam na confusão dos dois planos os que pretendem justificar qualquer retrocesso como uma alínea da estabilização, ou os que pretendem identificar qualquer aspecto da estabilização com um retrocesso.

